

Aula 10

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

23 de Junho de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Direitos Políticos - Instituto AOC	3
2) Roteiro de Revisão - Direitos Políticos	4
3) Questões Estratégicas - Direitos Políticos - Instituto AOC - Único	10
4) Questionário de Revisão - Direitos Políticos	21
5) Referências Bibliográficas	24



O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2015 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AOCP
Instrumentos de soberania popular (art. 14, caput e I a III da CF/88)	7,41%
Crítérios de alistamento, elegibilidade e inelegibilidade (art. 14, §§ 1º a 9º da CF/88)	62,96%
Impugnação de mandato (art. 14, §§ 10 e 11 da CF/88)	7,41%
Perda e suspensão dos direitos políticos (art. 15 da CF/88)	18,52%
Vigência da lei que altera o processo eleitoral - princípio da anterioridade eleitoral (art. 16 da CF/88)	3,70%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem-preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

Conceitos iniciais

Democracia direta, indireta e semidireta.

Democracia direta: o poder é exercido diretamente pelo povo (sem intermediários ou representantes);

Democracia representativa ou indireta: representantes são eleitos pelo povo para que, em seu nome, governem o país;

Democracia semidireta ou participativa: o poder é exercido pelo povo tanto de forma direta (sem intermediários ou representantes) quanto indireta (por meio de representantes), em um sistema híbrido (com traços de democracias direta e indireta). Trata-se da forma adotada no Brasil (plebiscito, referendo e iniciativa popular previstos na CF/88 são institutos típicos de democracia semidireta).

Direitos políticos positivos e negativos

Direitos políticos positivos: referem-se à participação ativa dos indivíduos na vida política do Estado. Relacionam-se com o exercício do sufrágio.

Direitos políticos negativos: referem-se às normas que limitam o exercício da cidadania, que impedem a participação dos indivíduos na vida política estatal. Relacionam-se com as inelegibilidades e as hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos.

Capacidade eleitoral ativa e passiva

Capacidade eleitoral ativa: está relacionada com o direito de alistar-se como eleitor (alistabilidade) e o direito de votar;

Capacidade eleitoral passiva: está relacionada com o direito de ser votado e de se eleger para um cargo público (elegibilidade).



Sufrágio e voto

O sufrágio é um direito público e subjetivo. É a capacidade de votar e de ser votado; engloba tanto a capacidade eleitoral ativa como a capacidade eleitoral passiva. Enquanto o voto é o instrumento para o exercício do sufrágio.

Disposições constitucionais

Instrumentos de soberania popular

CF/88, art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;*
- II - referendo;*
- III - iniciativa popular.*

Plebiscito: a consulta é feita antes da edição do ato legislativo ou administrativo;

Referendo: a consulta ocorre depois da edição do ato legislativo ou administrativo, incumbindo ao povo ratificar (confirmar) ou rejeitar o ato.

Alistamento eleitoral, voto e inelegibilidades

CF/88, art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;*
- II - facultativos para:*
 - a) os analfabetos;*
 - b) os maiores de setenta anos;*
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.*

Muito cuidado aqui: o voto obrigatório (§ 1º, I) não é cláusula pétrea (art. 60, § 4º).

CF/88, art. 14, § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;*
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;*
- III - o alistamento eleitoral;*
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;*
- V - a filiação partidária;*
- VI - a idade mínima de:*
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;*
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;*



c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
d) dezoito anos para Vereador.

- Cuidado para não confundir o “domicílio eleitoral” (requisito de elegibilidade previsto no § 3º, IV) com “domicílio civil”.

- Como regra, não é permitida a candidatura avulsa – o candidato é obrigado a filiar-se a partido político (§ 3º, V).

Porém, existe uma exceção prevista no nosso ordenamento jurídico: o militar com mais de dez anos de serviço pode se candidatar sem se filiar a partido (art. 14, § 8º, inciso II): na verdade a filiação partidária lhe é vedada (art. 142, § 3º, V). Tal regra é válida extensível aos militares dos Estado, DF e dos Territórios, por força do art. 42, § 1º da CF/88.

CF/88, art. 14, § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

- Os analfabetos podem votar (art. 14, § 1º, II, "a"), mas não podem ser votados (§ 4º).

- É possível o exercício de três ou mais mandatos como Chefe do Poder Executivo, desde que não sejam consecutivos. Mesmo a renúncia antes do término do segundo mandato eletivo por reeleição não o torna apto à candidatura para um terceiro mandato consecutivo (§ 5º).

- Os Vices (Vice-Presidente da República, Vice-Governador e Vice-Prefeito) só poderão se reeleger, para o mesmo cargo, por um único período subsequente (§ 5º).

- Os Vices, reeleitos ou não, poderão se candidatar ao cargo do titular na eleição seguinte, mesmo que o tenham substituído no curso do mandato (§ 5º).



- Também não pode se candidatar a Vice, na eleição seguinte, aquele que já foi Chefe do Poder Executivo por dois mandatos consecutivos (§ 5º).
- A vedação ao terceiro mandato consecutivo prevista no § 5º abrange também a eleição prevista no art. 81 da CF (eleição no caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República).
- A desincompatibilização prevista no § 6º não é necessária para concorrer à reeleição (o dispositivo fala em "outros cargos").
- O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão concorrer normalmente a outros cargos, preservando seus mandatos, desde que nos seis meses anteriores ao pleito não tenham sucedido ou substituído o titular (§ 6º).
- A inelegibilidade prevista no § 7º não se aplica caso o cônjuge, parente ou afim já possua mandato eletivo.
- Outros casos de inelegibilidade, além dos elencados nos §§ 4º a 7º, podem ser previstos em lei complementar (§ 9º).
- A inelegibilidade prevista no § 4º é considerada **absoluta** (impede que o cidadão concorra em qualquer eleição, a qualquer mandato eletivo).

As demais inexigibilidades são consideradas **relativas**, que decorrem de motivos funcionais (§§ 5º e 6º), de motivos de casamento, parentesco ou afinidade (§ 7º), da condição de militar (§ 8º), e de previsões em lei complementar (§ 9º).

Ação de impugnação de mandato eletivo

CF/88, art. 14, § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

- As provas que devem instruir a ação de impugnação de mandato devem estar relacionadas primordialmente **ao abuso do poder econômico, à corrupção ou à fraude**.
- A ação tramita em **segredo de justiça**.
- O autor da ação responde no caso de litigância **temerária ou de manifesta má-fé**.



Consultas populares

CF/88, art. 14, § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

§ 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

- Requisitos para que as consultas populares sobre questões locais sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais = aprovação da Câmara Municipal + encaminhamento à Justiça Eleitoral até 90 dias antes das eleições.
- As manifestações favoráveis e contrárias às questões devem ocorrer durante as campanhas eleitorais, mas não é permitida a utilização de propaganda gratuita no rádio e na TV para divulgação dessas manifestações.

Privação de direitos políticos

CF/88, art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

- "Perda" é a privação definitiva. "Suspensão" é a privação temporária.
- A cassação de direitos políticos é absolutamente vedada.
- A CF não explicita quais são os casos de perda e quais são os casos de suspensão dos direitos políticos, mas a doutrina entende que a perda se dá no caso previsto no inciso I e suspensão nos casos dos incisos II, III e V.

No caso do inciso IV, **não há consenso** se é uma hipótese de perda ou de suspensão.

Em provas de **Direito Constitucional**, as bancas no geral tendem a evitar adotar um posicionamento em suas questões, e tratam o caso do inciso IV como hipótese de **"perda ou suspensão"**, conforme a literalidade da Constituição.

Porém há duas situações importantes que você precisa ficar ligado, se não para a prova tratada neste curso, mas para outras provas que venha a prestar no futuro em sua jornada de concurseiro:



- a) o Cebraspe adota o entendimento segundo o qual o inciso IV trata de hipótese de **perda**;
- b) a FCC já adotou o entendimento tanto de que se trata de hipótese de **perda** quanto de hipótese de **suspensão** (sim, pasmem! Eu também acho isso um absurdo).

Assim, em uma questão da FCC em que na alternativa "C" é asseverado taxativamente que o inciso IV é hipótese de "**perda**" e todas as demais alternativas são falsas, a alternativa correta é a "C".

Por outro lado, em uma questão da FCC em que na alternativa "C" é asseverado taxativamente que o inciso IV é hipótese de "**suspensão**" e todas as demais alternativas são falsas, **a alternativa correta também a "C", como no caso anterior.**

Por fim, em uma questão da FCC em que na alternativa "C" é asseverado taxativamente que o inciso IV é hipótese de "**perda**" ou que se trata de hipótese de "**suspensão**" (uma dessas hipóteses, isoladamente, ou seja, não fala que se trata de hipótese de "perda ou suspensão") e há uma outra alternativa que você tem certeza de que está correta, por exemplo a alternativa "A", marque então a alternativa "A" como a correta.

- A incapacidade civil relativa não importa perda ou suspensão dos direitos políticos (a incapacidade precisa ser absoluta – inciso II).
- Cuidado! As decisões judiciais apontadas nos incisos I e III devem ter transitado em julgado.

Anterioridade eleitoral

CF/88, art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

- O dispositivo trata do princípio da anterioridade eleitoral, considerado cláusula pétrea¹ pelo STF.

¹ STF – ADI 3.685.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/TRF 2ª Região/Analista Judiciário) Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são

- a) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- b) facultativos para os maiores de setenta anos.
- c) proibidos para os analfabetos.
- d) facultativos para os maiores de sessenta e cinco anos.
- e) proibidos para os menores de dezoito anos.

Comentários

Letras A e E – **incorretas**. Conforme inciso I, § 1º, artigo 14 da Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, não dezesseis.

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os **maiores de dezoito anos**;

Letra B – **correta**. Conforme alínea b, inciso II, § 1º, artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 14, § 1º, II - facultativos para:

(...)



b) os maiores de setenta anos;

Letras C e D – **incorretas**. Conforme alíneas a e b, inciso II, § 1º, artigo 14 da Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos, não de sessenta e cinco.

Art. 14, § 1º, II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

Gabarito: Letra B.

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Analista de Defensoria) Ramon, 21 anos, é um argentino que recém chegou ao Brasil e já ajuda os moradores do bairro com ações sociais. Como o período eleitoral se aproxima, Pedro, líder comunitário, indagou Ramon se ele não teria interesse em se candidatar ao cargo de prefeito. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) Mesmo sendo estrangeiro residente no Brasil, Ramon pode se candidatar ao cargo de prefeito, pois a idade mínima é de 21 anos.
- b) Embora possa se alistar como eleitor, Ramon não pode ser eleito no cargo de prefeito por ser estrangeiro.
- c) Como não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e são inelegíveis os inalistáveis, Ramon não pode ser eleito para o cargo de prefeito.
- d) Ramon pode se alistar como eleitor e, como todo alistável, é elegível, podendo ser eleito para o cargo de prefeito mesmo sendo estrangeiro.
- e) A nacionalidade brasileira não é condição de elegibilidade e, como Ramon pode se alistar como eleitor, também pode ser eleito para o cargo de prefeito.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, uma vez que, por ser estrangeiro, Ramon não poderá alistar-se como eleitor, assim, não cumprirá algumas das condições de elegibilidade como o alistamento eleitoral, o pleno exercício dos direitos políticos e a nacionalidade brasileira, conforme incisos I a III, § 3º e § 2º, artigo 14 da Constituição Federal.



Art. 14, § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

Gabarito: Letra C.

3. (Instituto AOCP/2023/PM-DF/Soldado Policial Militar) José tem dezenove anos e é analfabeto. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de ser maior de dezoito anos, tanto o alistamento eleitoral quanto o voto são facultativos para José por ele ser analfabeto.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para José por ele ser maior de dezoito anos, mas o voto é facultativo por ele ser analfabeto.
- c) O fato de José ser analfabeto não guarda relação com o alistamento eleitoral nem o voto, mas sim com as condições de elegibilidade.
- d) Tanto o alistamento eleitoral quanto o voto são proibidos para José pelo fato de ele ser analfabeto.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para José por ele ser maior de dezoito anos.

Comentários

A alternativa correta é letra A, pois é facultado o alistamento eleitoral e o voto a José, por este ser analfabeto, conforme alínea a, inciso II, § 1º, artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II - facultativos para:

a) os analfabetos;



Gabarito: Letra A.

4. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental-Licitações e Contratos) Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) Para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Deputado Federal, a idade mínima para a elegibilidade é de trinta e um anos.
- d) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- e) Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **incorreta**. Conforme § 1º, inciso II, do artigo 14 da Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos.

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;



c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Letra b) **correta**. A alternativa replica o § 6º, artigo 14, da Constituição Federal.

Art. 14, § 6º *Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.*

Letra c) **incorreta**. Conforme artigo 14, § 3º, inciso VI da Constituição Federal, a idade mínima para a elegibilidade do Governador e Vice-Governador é de trinta anos e do Deputado Federal é de vinte e um anos.

Art. 14, § 3º *São condições de elegibilidade, na forma da lei:*

(...)

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

Letra d) **incorreta**. Para ser afastado da atividade, o militar elegível deve contar menos de dez anos de serviço. Para passar automaticamente, no ato de diplomação, para a inatividade, deve contar mais de dez anos de serviço.

Art. 14, § 8º *O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:*

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Letra e) **incorreta**. É lei complementar que estabelecerá outros casos de inelegibilidade e prazos de sua cessação.

Art. 14, § 9º **Lei complementar** estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.



Gabarito: Letra B.

5. (Instituto AOCP/2022/IPE Prev/Analista em Previdência-Direito) Assinale a alternativa correta segundo a Constituição Federal de 1988.

- a) A cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem, entre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática e o de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- e) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Congresso Nacional.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **incorreta**. A questão apresenta fundamentos da República Federativa do Brasil, e não objetivos fundamentais.

*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:*

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.



Letra b) **incorreta**. O cargo de Ministro do STJ não consta na lista de cargos privativos de brasileiros natos, mas sim o cargo de Ministro do STF.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Letra c) **correta**. A alternativa replica o § 4º, artigo 14, da Constituição Federal.

Art. 14, § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Letra d) **incorreta**. A criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios são feitos por Lei Estadual, dentro do período determinado em Lei Complementar Federal.

*Art. 18, § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por **lei estadual**, dentro do período determinado por **Lei Complementar Federal**, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.*

Letra e) **incorreta**. É de iniciativa da Assembleia Legislativa a fixação dos subsídios do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado.

*Art. 28, § 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da **Assembléia Legislativa**, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.*

Gabarito: Letra C.



6. (Instituto AOCP/2022/PM GO/Cadete) No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas "a posteriori", que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.
- b) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
- c) É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- d) A suspensão de direitos políticos prevista para a hipótese de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, não se aplica no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- e) Não é possível, atualmente, o ensino domiciliar (*homeschooling*) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **correta**. A alternativa apresenta jurisprudência do STF proferida no RE 603616.

Fixada a interpretação de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.

Letra b) **correta**. A alternativa apresenta jurisprudência do STF proferida no RE 806339.

Tese fixada: A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

Letra c) **correta**. A alternativa apresenta jurisprudência do STF proferida no RE 494601.



Tese fixada: "É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana".

Letra d) **incorreta**. Conforme julgado do STF no RE 601182, a autoaplicação da suspensão dos direitos políticos independe da natureza da pena imposta.

1. A regra de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, é autoaplicável, pois trata-se de consequência imediata da sentença penal condenatória transitada em julgado. 2. A autoaplicação independe da natureza da pena imposta. 3. A opção do legislador constituinte foi no sentido de que os condenados criminalmente, com trânsito em julgado, enquanto durar os efeitos da sentença condenatória, não exerçam os seus direitos políticos. 4. No caso concreto, recurso extraordinário conhecido e provido.

Letra e) **correta**. A alternativa está de acordo com jurisprudência do STF proferida no RE 888815.

A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes. São inconstitucionais, portanto, as espécies de unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro, em qualquer de suas variações.

Gabarito: Letra D.

7. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Soldado) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A soberania e a dignidade da pessoa humana são princípios, dentre outros, que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- b) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- d) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao



meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Comentários

Letra A – **incorreta**. Conforme incisos I e III, artigo 1º da Constituição Federal, a soberania e a dignidade da pessoa humana são alguns dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Letra B – **incorreta**. Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, não dos fundamentos, conforme inciso I, artigo 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Letra C – **incorreta**. Com base no inciso XLII, artigo 5º da Constituição Federal, a prática do racismo constitui crime sujeito à pena de reclusão, e não de detenção.

Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Letra D – **incorreta**. Conforme inciso LXXIII, artigo 5º da Constituição Federal, é necessário o status de cidadão para propor ação popular, ou seja, pessoa natural em pleno gozo dos direitos civis e políticos, detentor, portanto, de capacidade eleitoral ativa.

Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural,



ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Letra E – **correta**. Conforme § 6º, artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 14, § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Gabarito: Letra E.

8. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) Jonas é brasileiro naturalizado, completou dezoito anos e quer concorrer nas eleições para o cargo de Prefeito de sua cidade. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca das condições de elegibilidade, assinale a alternativa correta.

- a) A idade mínima para o cargo de Prefeito é de dezoito anos.
- b) A idade mínima para o cargo de Prefeito é de vinte e um anos.
- c) A idade mínima para o cargo de Prefeito é de trinta anos.
- d) A idade mínima para o cargo de Prefeito é de vinte e cinco anos.
- e) A idade mínima para o cargo de Prefeito é de trinta e cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B, pois conforme alínea c, inciso VI, § 3º, artigo 14 da Constituição Federal, a idade mínima para o cargo de Prefeito é de vinte e um anos.

Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

(...)

VI - a idade mínima de:

(...)

*c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, **Prefeito**, Vice-Prefeito e juiz de paz;*

Gabarito: Letra B.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. O que são as capacidades eleitorais ativa e passiva?
2. Qual a diferença entre o plebiscito e o referendo?
3. Complete as lacunas a seguir, a respeito da obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto (art. 14, § 1º, da Constituição Federal):
 - 3.1. O alistamento eleitoral e o ____ (a) ____ são:
 - 3.1.1. obrigatórios para os maiores de ____ (b) ____ anos;
 - 3.1.2. facultativos para:
 - 3.1.2.1. os analfabetos;
 - 3.1.2.2. os maiores de ____ (c) ____ anos;
 - 3.1.2.3. os maiores de ____ (d) ____ e menores de ____ (e) ____ anos.
4. É possível o alistamento eleitoral dos portugueses equiparados?
5. Os estrangeiros e os conscritos são elegíveis?
6. É possível a candidatura avulsa no Brasil?
7. Por quantos períodos podem ser reeleitos os ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo?
8. Complete as lacunas a seguir, a respeito das condições de elegibilidade do militar trazidas pelo art. 13, § 8º da Constituição Federal:
 - 8.1. O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
 - 8.1.1. se contar menos de ____ (a) ____ anos de serviço, deverá ____ (b) ____ da atividade;
 - 8.1.2. se contar mais de ____ (c) ____ anos de serviço, será ____ (d) ____ pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da ____ (e) ____, para a inatividade.



9. Quais instrumentos normativos podem estabelecer outras hipóteses de inelegibilidade relativa?

10. Maria, buscando informações a respeito do atual candidato à reeleição para Governador em seu estado, solicitou ao Tribunal de Justiça local cópia de ação de impugnação de mandato que corre em desfavor do mandatário. Maria terá êxito em sua solicitação?

Perguntas com respostas

1. O que são as capacidades eleitorais ativa e passiva?

A capacidade eleitoral ativa representa o direito de alistar-se como eleitor (alistabilidade) e o direito de votar; por sua vez, a capacidade eleitoral passiva representa o direito de ser votado e de se eleger para um cargo público (elegibilidade).

2. Qual a diferença entre o plebiscito e o referendo?

Tanto o plebiscito quanto o referendo são formas de consulta ao povo sobre matéria de grande relevância, porém, no plebiscito, a consulta se dá previamente à edição do ato legislativo ou administrativo, enquanto no referendo a consulta popular ocorre posteriormente à edição do ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo ratificá-lo ou rejeitá-lo.

3. Complete as lacunas a seguir, a respeito da obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto (art. 14, § 1º, da Constituição Federal):

3.1. O alistamento eleitoral e o ____ (a) ____ são:

3.1.1. obrigatórios para os maiores de ____ (b) ____ anos;

3.1.2. facultativos para:

3.1.2.1. os analfabetos;

3.1.2.2. os maiores de ____ (c) ____ anos;

3.1.2.3. os maiores de ____ (d) ____ e menores de ____ (e) ____ anos.

(a) voto	(b) dezoito	(c) setenta	(d) dezesseis	(e) dezoito
----------	-------------	-------------	---------------	-------------

4. É possível o alistamento eleitoral dos portugueses equiparados?

Sim, já que recebem tratamento equivalente ao de brasileiro naturalizado.



5. Os estrangeiros e os conscritos são elegíveis?

Não, porque são inalistáveis (art. 14, § 2º), sendo que o alistamento eleitoral é condição de elegibilidade (art. 14, § 3º, III).

6. É possível a candidatura avulsa no Brasil?

Não, a filiação partidária é condição de elegibilidade (art. 14, § 3º, V).

7. Por quantos períodos podem ser reeleitos os ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo?

Não há restrição para reeleição aos cargos eletivos do Poder Legislativo, e sim para os cargos eletivos do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito) (art. 14, § 5º, da CF/88).

8. Complete as lacunas a seguir, a respeito das condições de elegibilidade do militar trazidas pelo art. 13, § 8º da Constituição Federal:

8.1. O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

8.1.1. se contar menos de ____ (a) ____ anos de serviço, deverá ____ (b) ____ da atividade;

8.1.2. se contar mais de ____ (c) ____ anos de serviço, será ____ (d) ____ pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da ____ (e) ____, para a inatividade.

(a) dez	(b) afastado	(c) dez	(d) agregado	(e) diplomação
---------	--------------	---------	--------------	----------------

9. Quais instrumentos normativos podem estabelecer outras hipóteses de inelegibilidade relativa?

Lei complementar nacional (art. 14, § 9º. da CF/88) e emenda constitucional.

10. Maria, buscando informações a respeito do atual candidato à reeleição para Governador em seu estado, solicitou ao Tribunal de Justiça local cópia de ação de impugnação de mandato que corre em desfavor do mandatário. Maria terá êxito em sua solicitação?

Não, pois a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça (art. 14, § 11, da CF/88).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.